



CETAP
AGRI CULTURA ECOLOGIA



ARTICULAÇÃO
NACIONAL DE
AGROECOLOGIA

SÍNTESE DAS INFORMAÇÕES DO MUNICÍPIO

- CONSULTORIAS ESTADUAIS -

1) Introdução

1.1 Informações gerais sobre o município

Dados sobre o município	Respostas
Nome do Município	São Francisco de Paula
Estado	Rio Grande do Sul
Data de fundação do município	1903
Bioma(s) no município	Mata Atlântica
Bacia(s) hidrográfica(s) do município	Sinos e Taquari-Antas
Número total de habitantes - Censo 2010	20.537
Número total de habitantes - Estimativa 2020	21.801
População rural - Censo 2010	8267
População urbana - Censo 2010	11930
Produto Interno Bruto (PIB) 2020	28.411,70
Índice de Gini	0,38

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	0,685
Número total de estabelecimentos rurais	1355
Área ocupada pelos estabelecimentos rurais	232.902 hectares
Número de estabelecimentos da agricultura familiar	
Área ocupada pelos estabelecimentos da agricultura familiar	
Orçamento 2021	
Previsão de despesas 2021	
Orçamento 2020	
Previsão de despesas 2020	

No território ocupado pelo município é possível distinguir dois principais contextos, a partir da própria paisagem, que definiu também a ocupação por diferentes atores ao longo do tempo: O primeiro deles denominado “Serra baixa” que são as áreas mais dobradas, íngremes e com propriedades de menor área ocupadas por agricultores familiares que têm na sua base produtiva uma diversidade enorme de alimentos seja para uso na alimentação, seja para comercialização do excedente. O segundo são as “Terras altas” composto por áreas de coxilhas e campos entremeados com mosaicos de floresta de araucária, de maiores extensões em área na qual são ocupadas em grande parte por latifúndios. Estes, historicamente utilizam os campos nativos para a pecuária extensiva, mas nos últimos anos vem ocorrendo uma drástica mudança no uso e ocupação do solo rumo a extensivas áreas de silvicultura, plantio de grãos (soja e milho), o cultivo de batata e hortaliças em sistema convencional que demandam intenso grau de revolvimento do solo, ocasionando processos erosivos e contaminação dos corpos hídricos.

Com o avanço dessas novas fronteiras, a função da floresta em pé como “escudo”, que permita criar condições para a geração de renda e estruturação ecológica com a comunidade humana e não-humana, se faz mais do que nunca necessária.

Dentre os atores, existe uma interação bastante diversa no que diz respeito à inserção e construção dos mercados alimentares. No âmbito da agricultura familiar do município, tem-se operado mercados institucionais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) via Secretaria da Educação para escolas e creches da rede pública, bem como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) via Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) que, no atual projeto, integra 20 famílias de agricultores a 4 diferentes entidades. De importante representatividade, a Feira do Produtor que ocorre em 5 dias da semana vem ganhando melhorias de apoio em relação à ampliação e melhoria da estrutura física, além da venda direta operacionalizada pelas próprias famílias e que tem ganhado força no atual contexto, principalmente por listas semanais via grupos de Whatsapp.

Permeando essas diferentes paisagens, temos a atividade central de envolvimento, pesquisa e discussão nas ações da temática do uso e valorização da biodiversidade nativa. A prática do extrativismo remonta aos tempos das primeiras comunidades indígenas que potencializaram a dispersão da Floresta de Araucária pelo uso alimentício do pinhão (semente da araucária) e uma série de espécies nativas frutíferas que ocorrem no mesmo ambiente. Portanto, um sistema agrícola de alto potencial cultural, econômico e ecológico que conforma uma das principais práticas culinárias da/do serrana/o que são os pratos à base de pinhão como pães, bolachas, paçoca, pinhão cozido, pinhão na chapa e que desenha a consagrada Festa do Pinhão todos os anos no município. É a partir da comercialização do pinhão que centenas de famílias no município garantem parte significativa de suas rendas entre os meses de abril a agosto e que as mantém economicamente ao longo do ano. Cabe destacar que, de acordo com o levantamento de algumas instituições públicas com base no Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), o município é o maior produtor de pinhão do Rio Grande do Sul, com 120 toneladas previstas para a safra de 2021. No entanto, considera-se essa quantia extremamente subestimada e que representa por volta dos 30% total da produção, pelo pequeno espaço ocupado pelos produtos da sociobiodiversidade na economia formal. A articulação entre os atores envolvidos na atividade, por diversas questões (distância, identidade, dependência), acaba refletindo no desafio de criar uma coesão sócio organizativa, com protagonismo dos atores e atrizes e que

acabam, muitas das vezes, dependendo dos “atravessadores” para escoamento da produção e com isto, há o reflexo de uma remuneração desequilibrada entre as pontas.

Utilizamos da pesquisa via internet para a obtenção de dados mais pontuais e descritivos, no entanto o envolvimento no município desde o ano passado através do convênio entre o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP) e a Prefeitura Municipal, deu início a uma série de ações junto a grupos de agricultores familiares, extrativistas, órgãos públicos e organizações da sociedade civil as quais permitiram uma leitura e entendimento a partir de determinadas realidades.

2) Contexto político

As manifestações de relação de poder por vezes se misturam em alguns discursos da “economia verde”, “desenvolvimento sustentável” e assim por diante. No entanto, por questões históricas que se manifestam atualmente no que está disposto no território, a política tem pautado pontos de interesse de algumas representações político-econômicas como os “batateiros”, assim chamados os empresários que cultivam batata e os “madeireiros” que se dedicam à atividade silvícola no plantio de *Pinus ellioti* em grandes maciços para obtenção de madeira e celulose e que, sob o pretexto da criação de postos de trabalho, recebem maior atenção. Os pecuaristas são os que mais ocupam a área, e conseqüentemente possuem maior representatividade econômica. Atualmente, o desenvolvimento econômico vem sendo um dos grandes lemas para a industrialização, o que tem atraído diversas empresas com isenções fiscais para o município.

Por outro lado, o turismo de base ecológica, com a atração de empresas externas para investimento, também tem adquirido maior relevância nas pautas, seja em propostas como de parques temáticos particulares, seja na atual discussão para concessão da iniciativa privada da Floresta Nacional de São Francisco de Paula. Nesse sentido, merece destaque o fato de que atualmente os indígenas Xokleng-Kongui tentam reivindicar seu território tradicional pela retomada de suas terras onde hoje se encontra a Floresta Nacional. O processo de disputa está em andamento no Ministério Público Federal e sendo acompanhado por diversas representações como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e tem buscado se manter com o apoio da sociedade civil.

Em relação a organizações e demais grupos, no âmbito da esfera das atividades exercidas no meio rural, que exercem pressão sobre as demandas junto ao setor público podemos citar:

Asturis (Associação de turismo), Sindicato Rural, COOPAF Serrana (Cooperativa dos Agricultores familiares de São Francisco de Paula).

Um dos conflitos ambientais históricos no município diz respeito a uma prática centenária que é a queimada dos campos no período da saída do inverno, realizada com o objetivo de renovação da pastagem seca, pouco palatável e de baixa digestibilidade para os animais. Levada a discussões em várias esferas e durante anos, simplificou-se o processo com uma Licença para queima de campo que prevê a elaboração de um projeto e responsável técnico e que de certa forma exclui pecuaristas e agricultores de menor renda, inviabilizados pela contratação de um serviço custoso de consultoria ambiental. Ampliando o contexto da problematização, trata-se de uma questão comum e de saúde pública visto que nos períodos de queimada a fuligem viaja a quilômetros de distância e influencia diretamente sobre a qualidade do ar que a população como um todo respira. Portanto, sem se tratar de criar julgamentos sobre a queimada, cabe salientar que se trata de uma prática de manejo que se faz necessária tão somente pelo fato da carga animal, aliada ao melhoramento de solo com adubação e calagem adequadas não estarem sendo praticadas, por falta de assessoria ou por questões culturais.

3) Sujeitos, organizações e iniciativas da sociedade civil relacionadas ao fortalecimento dos sistemas alimentares locais

- *Sobre as iniciativas*

Dentre as iniciativas que estão em curso na promoção da agroecologia no município podemos citar o convênio entre a Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula (RS) e o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP) que desde 2020 estabeleceram uma parceria para prestação de consultoria em agroecologia no município. Dentre as principais temáticas construídas estão o uso e aproveitamento da biodiversidade nativa como forma de geração de renda e preservação ambiental, a partir de um dos maiores centros de diversidade do sul do Brasil; princípios, manejos e implantação de sistemas agroflorestais; Suporte no planejamento produtivo, gestão e ampliação no número de agricultores familiares integrantes do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Oficinas práticas na elaboração de insumos agroecológicos para fertilização e controle de insetos/doenças; Ampliação e fortalecimento do trabalho com a agroecologia junto a grupos e associações de agricultores; apoio à produção de mel e atividades apícolas de maneira geral, apoio e fomento à meliponicultura. Estão envolvidos na iniciativa famílias de agricultores e extrativistas que integram grupos, associações e

cooperativas do município, com prioridade no desenvolvimento de atividades junto aos jovens e mulheres (quando presentes).

Em relação às iniciativas de comunicação, se dão através da promoção das ações realizadas e, quando se avalia oportuno (do ponto de vista do impacto gerado), comunicamos diretamente à imprensa municipal (já com alguns dados/imagens) a ser direcionado às redes sociais, bem como à Equipe de comunicação do CETAP que realiza as divulgações através do site e redes. Recentemente, construiu-se um canal de comunicação aberta e democrática com a rádio Comunidade FM, através da aproximação com os radialistas que se colocam parceiros a dialogar com a temática agroecológica. Portanto, as pautas são levadas pelo técnico atuante no município a estes canais de divulgação.

- *Sobre as organizações, redes e coletivos*

Existem algumas instituições, redes e coletivos que atuam no município, onde na esfera da agroecologia está o Grupo Galha Azul, vinculado ao Núcleo Serra da Rede Ecovida de Agroecologia (organização responsável pela maior parte do processo de certificação orgânica participativa para produtores rurais, a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, o Instituto Arca Verde, a Floresta Nacional de São Francisco de Paula - FLONA, a Associação dos Agricultores Familiares Feirantes, entre outros que têm representatividade e participação dentro dos conselhos municipais.

Do ponto de vista do território, o município está inserido no Plano de Ação Territorial para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção do Planalto Sul - PAT Planalto Sul. Este, é um instrumento de planejamento, elaborado de forma participativa, que contém ações de conservação prioritárias a serem executadas por diversos atores de diferentes segmentos da sociedade comprometidos com a conservação e o uso sustentável da biodiversidade. É coordenado conjuntamente por dois órgãos ambientais: O Instituto de Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (IMA-SC) e a Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul (SEMA-RS), além de integrantes da academia e sociedade civil no qual o CETAP faz parte. Neste sentido, um dos objetivos específicos definidos é fortalecer as cadeias produtivas sustentáveis que conservam e restauram a vegetação nativa, o que vem de encontro ao que está sendo gestado a nível municipal em São Francisco de Paula.

- *Sobre os desafios e avanços da agroecologia*

No que diz respeito à estruturação e organização de coletivos, pode-se dizer que o grande desafio é a construção de dinâmicas de envolvimento e participação dos/das diferentes sujeitos/as. Desde o início das ações no município, nos deparamos com questionamentos de que “aqui essa coisa de junção não dá certo” ou então “essa coisa de grupo o pessoal não vai”, muito concretizadas em relações históricas de individualismo. Esse fator, também parece estar relacionado às grandes distâncias entre diferentes distritos (São Francisco de Paula é o 5º maior município em território do estado) e que contribuem para uma descentralização das articulações no território onde nesta conformação, permite a construção organizativa a partir das realidades locais e por outro lado desafia a conectar e pensar as ações em nível de rede.

Dentro do próprio grupo Galha Azul, grupo este vinculado às dinâmicas da Rede Ecovida de Agroecologia, existem lacunas de envolvimento por parte dos integrantes, o que faz com que haja constantemente a necessidade de um processo de mobilização e animação de seus membros. Portanto, o apontamento e construção de questões comuns tem sido uma das estratégias para aglutinar e mobilizar atores e atrizes onde as pautas principais têm sido, de maneira resumida, a busca por estratégias e ampliação de canais de comercialização dos produtos da agricultura familiar e extrativismo bem como a discussão sobre as problemáticas em relação à pulverização de agrotóxicos em áreas convertidas para o plantio de soja e batata, afetando a soberania hídrica e alimentar das propriedades lindeiras.

A ideia-força ou ideia-chave atrelada às múltiplas propostas de desenvolvimento buscadas pela atual gestão coloca em discussão ambiguidades que coexistem, mas que, em alguns casos, se sobrepõem e afetam modos de vida como é o caso do extrativismo do pinhão. Destacamos que boa parte dos atores e atrizes envolvidos na atividade não possuem terra e, portanto, dependem da coleta em área de terceiros ou áreas públicas, as que mais têm sido transformadas dificultando o acesso às matrizes, de onde antes se coletavam os pinhões. Em áreas públicas (como é o caso das Unidades de Conservação), entraves burocráticos têm dificultado o acesso legal dos extrativistas sob alegação de entraves relacionados a questões trabalhistas envolvendo a segurança e responsabilidade dos gestores das unidades em caso de algum eventual acidente.

Assim, uma das principais linhas de frente a ser construídas na incidência política, é a da visibilidade da atividade do extrativismo ao levantar aspectos quantitativos, informações e, sobretudo valorizar trabalhadores e trabalhadoras que existem e resistem na atividade, ou seja, construir aspectos de reconhecimento da identidade de sistemas agrícolas agroecológicos baseados no extrativismo sustentável no Sul do Brasil.

4) Principais políticas públicas relacionadas aos sistemas alimentares locais

- *Quais as principais ações e políticas públicas (municipais, estaduais e federais) relacionadas aos sistemas alimentares em curso no município?*

TERMO DE CONTRATO Nº 131/2019 – ASSESSORIA EM AGROECOLOGIA

O Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP) acessou o edital para consultoria e serviços em agroecologia, iniciado em 2020. Trata-se de uma iniciativa do município que levanta demandas específicas a partir dos agricultores e organizações do município para o desenvolvimento de ações que venham a fortalecer a agroecologia através da: ampliação e desenvolvimentos dos produtos da agrobiodiversidade; sensibilização no aproveitamento das frutas nativas; capacitação em sistemas agroflorestais; apoio e ampliação nas compras institucionais de alimentos; organização de eventos/encontros e apoio técnico na elaboração de materiais/publicações. Tais temáticas e orientações foram discutidas na construção do plano de trabalho realizada no início do convênio junto a diversas instituições e organizações do município, levando em consideração aspectos como participação de jovens e mulheres e o potencial da sociobiodiversidade nativa.

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

O atual projeto de caráter emergencial operado via Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade com assessoria técnica e organizativa do CETAP, mobilizou nos últimos 8 meses o montante de R\$ 92.500,00 com a participação de 21 famílias de agricultores. A política federal é uma ponte entre as esferas federal-estadual-municipal que realizam os repasses para serem operados pelos municípios. Tem como foco, no contexto pandêmico, favorecer a comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar e aumentar o acesso aos beneficiários em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar, através de 4 instituições favorecidas: Hospital municipal, APAE, Secretaria do Desenvolvimento Social e Centro Integrado Social.

O retorno frequente da importância da política para a sociedade civil e poder público por parte dos/das agricultores/as, bem como das instituições, trouxe elementos para demanda de mais recursos, bem como a participação de novas famílias. A publicização merece uma maior atenção, de modo que exista conhecimento por parte da comunidade do processo que está sendo

operado no município, beneficiando centenas de famílias. Neste sentido, está sendo elaborado um material audiovisual com relatos das diferentes atrizes e atores envolvidos no processo.

Com o envolvimento do CETAP na assessoria e acompanhamento técnico, passou-se a estimular a redução do uso de agrotóxicos pelo uso de insumos alternativos, melhor manejo do solo (pó de rocha, biofertilizantes), resgate e plantio de variedade crioulas, ofertando desta maneira alimentos mineralizados e saudáveis aos consumidores.

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

Operado através da Secretaria Municipal de Educação, no período de pandemia houve um período de paralisação nas entregas, mas que foi retomado junto às escolas pela distribuição de cestas para as famílias das alunas/alunos. O montante do recurso operado atualmente, segundo o relatório do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) está na média de R\$ 17.000/mês.

EMENDA PARLAMENTAR – AGROINDÚSTRIA FAMILIAR

Através de uma Emenda Parlamentar Federal, foi recebido recurso de aproximadamente R\$ 200.000 para construção de agroindústria familiar em área cedida pelo município. Através da Cooperativa dos Agricultores Familiares (COOPAF Serrana) o recurso deverá ser utilizado para infraestrutura física, já a compra dos equipamentos será operacionalizada por verba do município como caldeira, panelas, freezer, etc. O prazo para materialização estipulado foi até o final de 2021, no entanto, os processos organizativos bem como objetivos (foco dos produtos a serem potencializados) e funcionamento da agroindústria merecem ser aprofundados e discutidos no coletivo. É um processo de longa data para reivindicação de um espaço para beneficiamento dos produtos da agricultura familiar, com o intuito de agregação de valor e envolve Cooperativa, Emater, Secretaria de planejamento e Agricultura.

MELHORAMENTO E AMPLIAÇÃO DA FEIRA DO PEQUENO PRODUTOR

O espaço destinado aos feirantes vem sendo ampliado e reformado de modo a melhorar o ambiente e atrair o público consumidor e turistas num espaço mais agradável. A iniciativa partiu da demanda da associação dos feirantes para se ter uma cozinha melhor estruturada, com fornos a lenha para panifícios, banheiros, telhado para proteção da chuva e ambiente de interação e troca com consumidores. No entanto, o projeto passou a ser elaborado de forma unilateral pela prefeitura, sem a participação social das famílias que de fato irão utilizar o espaço.

- *Ações e contexto passado recente*

Destaca-se que até cinco meses atrás, o Programa federal ECOFORTE contemplou e integrou grupos de agricultores do município, referente ao projeto de promoção de uma rede estadual de resgate e valorização da sociobiodiversidade no âmbito da Rede Ecovida. Portanto, no município foram executadas ações nos últimos dois anos que estimularam a questão do extrativismo, diálogo com grupos de agricultores, viabilizaram logísticas e aproveitamento de produtos da biodiversidade nativa, entre outros.

Ações prévias nos meados do ano de 2013, com a criação do colegiado territorial do Território Rural (CODETER) dos Campos de Cima da Serra que foi reconhecido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário em 2013, onde São Francisco de Paula se insere possibilitou um conjunto de ações que articularam atores e atrizes a outras esferas da discussão da agroecologia no município. Seu objetivo está relacionado à construção do bem viver dos pecuaristas familiares, agricultores familiares, extrativistas, mulheres, jovens, quilombolas e povos indígenas dos treze municípios que o compõem, no entanto, a extinção do MDA reduziu a articulação de forma institucionalizada.

Dentre os principais espaços de participação estão os Conselhos, principalmente o Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAMA), com potencial de incidência e comunicação de maneira bem estruturada pela relação já estabelecida no âmbito do convênio CETAP/São Chico.

5) Caminhos para incidência política

Nesse sentido, tem-se realizado o esforço para constituir um Plano Municipal de Apoio ao Extrativismo Sustentável dos produtos da flora nativa. Assim, busca-se programas específicos e resoluções que possam, a partir ou com apoio da gestão municipal, aportar recursos sejam econômicos ou humanos, para consolidação de uma estratégia de dinamização e gestão desse trabalho. Para tal, a incidência junto a grupos das comunidades pré-levantadas de extrativistas através de reuniões, indicarão pistas das demandas locais de cada localidade, permitindo propor ações (capacitação, equipamentos, estrutura, comercialização) a serem pautadas junto ao executivo ou através do legislativo, na construção de projetos de lei com vereadores.

O envolvimento de diferentes sujeitos, como extrativistas, agricultoras/es, gestoras/es, conselheiras/os, secretárias/os, agentes de saúde, agentes comunitários, possibilitará a

construção de um diagnóstico mais complexo da realidade e de forma a integrar outras esferas além da questão produtiva e econômica, que são os profissionais da saúde e do desenvolvimento social.